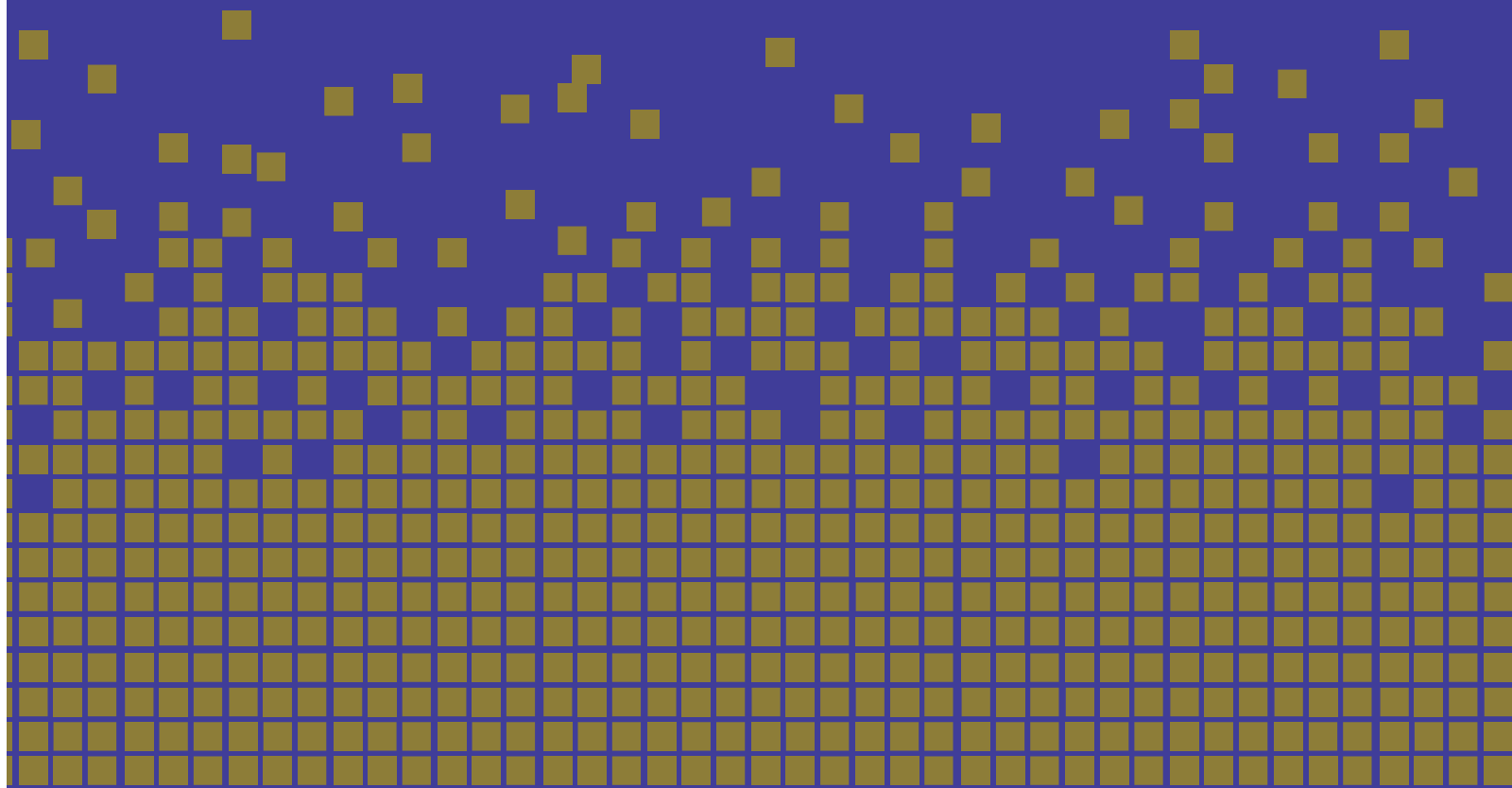


CSJT | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

Secretaria Especial de Integração Tecnológica
Controle e Auditoria
Orçamento e Finanças







PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2014

Relatório de Atividades do ano de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília - DF
2014



ANO 2014

MINISTRO PRESIDENTE

Conselheiro Antonio José de Barros Levenhagen

MINISTRO VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Ives Gandra da Silva Martins Filho

MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Conselheiro João Batista Brito Pereira

ORGANIZAÇÃO

Assessoria de Comunicação Social

REVISÃO

Secretaria Geral da Presidência

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO

Gráfica do Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Endereço: SAFS Qd.8 Lote 1 Bloco A 5º andar | CEP: 70.070-600

Telefone: (61) 3043-4005 | Fax: (61) 3043-3438 | Fax Petições: (61) 3043-4808/3043-4809/ 3043-4810



CST | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

VOLUME 1

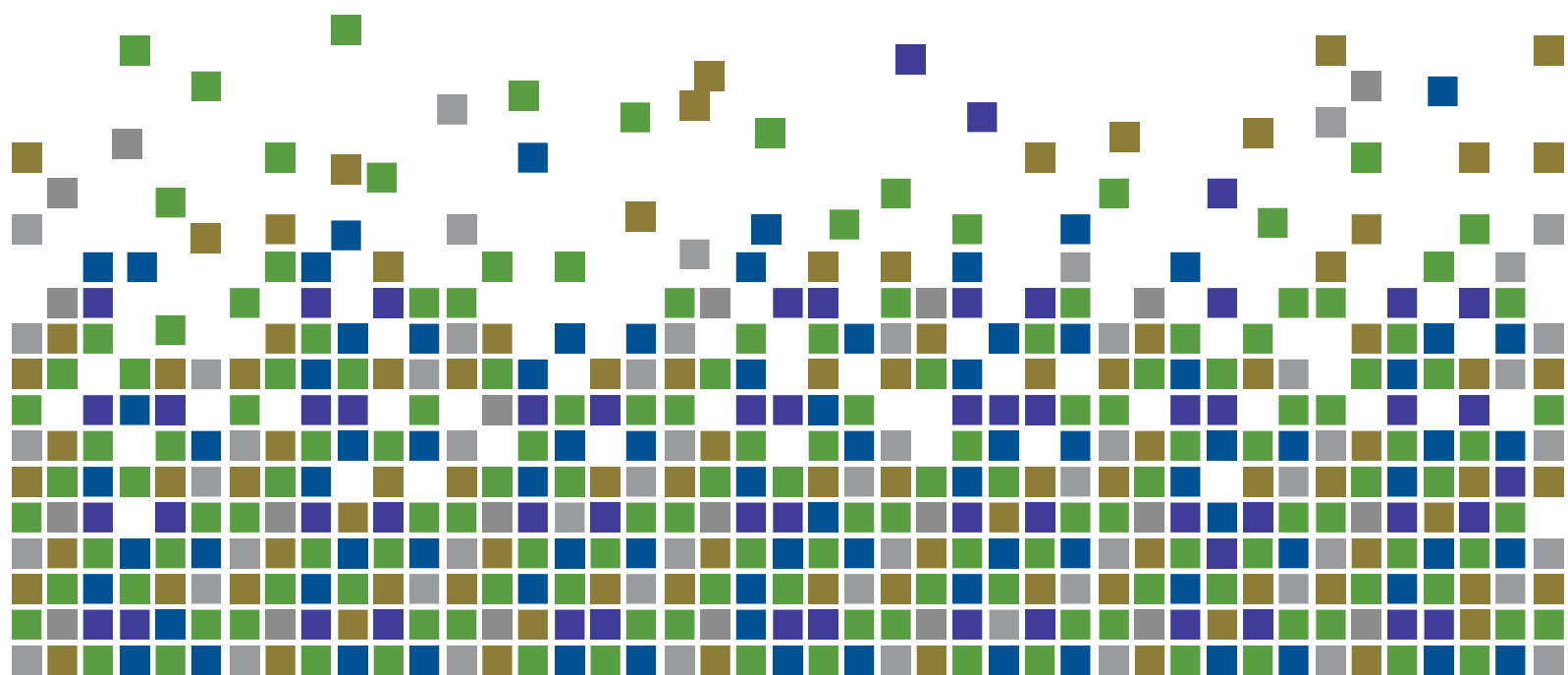
- Editorial da Presidência
- Composição
- Justiça do Trabalho
- O Conselho
- Coordenadoria Processual
- Gestão Estratégica

VOLUME 2

- Gestão de Pessoas
- Gestão Documental
- Comunicação Social
- Relações Institucionais

VOLUME 3

- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Controle e Auditoria
- Orçamento e Finanças





CSJT | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

VOLUME 3

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	11
Participações	12
Projetos	13
Coordenadoria Técnica do Processo Judicial Eletrônico - CTPE	15
Projeto PJe-JT	17
Coordenadoria de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação - CGGOV	19
Seção de Planejamento e Projetos	20
Seção de Infraestrutura Tecnológica	20
Seção de Serviços e Sistemas Nacionais	22
Seção de Governança	23
Coordenadoria de Controle e Auditoria	25
Ações de Controle Contempladas no Plano Anual de Auditoria do CSJT.....	27
Auditorias <i>in loco</i>	28
Auditorias Sistêmicas	32
Ações Coordenadas de Auditoria	34
Monitoramento de acórdãos decorrentes de auditoria.....	36
Monitoramento de acórdãos decorrentes de análise de obras	38
Ações de Controle Referentes a Análise de Projetos de Obras Públicas	40
Ações de Controle Referentes à Emissão de Pareceres Técnicos	44
Ações de Capacitação	45
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	47
Setorial Orçamentária	48
Orçamento Autorizado para a JT em 2014	48

Programas e Ações	49
Proposta Orçamentária de 2015	55
Planejamento	58
Setorial Financeiro	61
Tarefas	62
Setorial Contábil	65
Principais Ações Desenvolvidas pela Setorial	66
Projeto Específico: Implementação do Sistema de Custos da Justiça do Trabalho	68
Participações em Eventos	70
Eventos Realizados	71

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação



Reunião do Comitê Gestor do PJeJT e Grupos de Trabalho de Requisitos de 1º e 2º Graus

Produções e Realizações

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) procura conferir transparência às ações e projetos nacionais da Justiça do Trabalho, para tanto manteve no Portal do CSJT um conjunto de informações relativas à aquisição e contratação de bens e serviços de TI para o PJe-JT (<http://www.csjt.jus.br/group/csjt/dod>), à aquisição e contratação de bens e serviços de TI diversos (<http://www.csjt.jus.br/group/csjt/acoes-diversas>) e à aquisição de soluções para gestão administrativa integrada (<http://www.csjt.jus.br/group/csjt/gae>)

Quanto às produções e realizações no contexto dos projetos Nacionais de TIC da Justiça do Trabalho, a SETIC colaborou para que fossem realizadas nove Reuniões do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT e dez encontros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Também foram realizadas duas Reuniões Técnicas com Comitês Gestores Regionais do PJe-JT.

Foi realizada a supervisão da aquisição e contratação de bens e serviços de TI para o PJe, conforme lista constante da página: <http://www.csjt.jus.br/group/csjt/dod>, a supervisão da aquisição e contratação de bens e serviços de TI diversos, conforme lista constante da página: <http://www.csjt.jus.br/group/csjt/acoes-diversas> e a supervisão da aquisição de soluções para gestão administrativa integrada: <http://www.csjt.jus.br/group/csjt/gae>

Em conclusão, definiu as metas para as unidades da SETIC, no contexto do programa de gestão por competências do TST/CSJT

Participações

A SETIC enviou representante para participar do Encontro Nacional do PJe-JT que aconteceu em maio de 2014, na cidade de Belo Horizonte. A SETIC também se fez presente nas reuniões de diretores de TI da Justiça do Trabalho que ocorreram simultaneamente com os encontros do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (COLEPRECOR).

Na produção do vídeo institucional do PJe-JT a secretaria apresentou os aspectos gerais do Sistema PJe-JT no tocante ao esforço para torná-lo acessível e integrável a sistemas de outras instituições.

A SETIC enviou representante para participar do Symposium ITxpo do Garner em São Paulo que trata de inovações e tendências em Tecnologia da Informação no governo e do setor privado.

A Secretaria colaborou com o mapeamento dos macroprocessos da SETIC, concluindo o mapa com sucesso.

Foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica com o TRT da 18ª Região para evolução do módulo de Consulta Unificada do PJe-JT e o Acordo de Cooperação Técnica com o TRT da 4ª Região para desenvolvimento da integração do Sistema eJUS2 ao Sistema PJe-JT.

Projetos

Quanto à conclusão de projetos pertinentes à área de Tecnologia da Informação, a Secretaria envidou esforços de melhoria concentrando ações em três pilares: estrutura, processos e pessoas.

Nesse sentido, reestruturou as suas unidades por meio do Ato n.º 254/CSJT.GP.SG, de 10 de setembro de 2014, definindo respectivas atribuições nas áreas de gestão e governança de TI e do PJe-JT.

Com o intuito de alinhar as expectativas da Coordenação Nacional do PJe-JT aos rumos do Sistema PJe-JT, elaborou proposta de trabalho para a Coordenadoria do PJe-JT que restou aprovada pela Coordenadora do PJe na Justiça do Trabalho.

A SETIC, por demanda da Coordenação Nacional do PJe-JT, realizou pesquisa de Diagnóstico da Qualidade no Uso do Sistema PJe-JT, sendo a sua 1ª Fase destinada a ouvir opiniões dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho.

A Secretaria colaborou para a assinatura do Convênio entre o CSJT e o Banco do Brasil para auxílio no desenvolvimento do módulo do Sistema PJe-JT de integração com instituições financeiras.



Reunião no Conselho Nacional de Justiça para discutir a proposta de unificação das versões do processo judicial eletrônico em todos os ramos da Justiça.



Foi elaborada a Carta de Serviços de Tecnologia da Informação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Para atender aos termos da Lei n.º 13015, de 21 de julho de 2014 a SETIC concluiu projeto de normatizou o procedimento para extração de acórdãos do Sistema PJe-JT para fins de inclusão na base de Jurisprudência de cada Regional.

Outra iniciativa de grande impacto foi a publicação da Resolução CSJT n.º 139/2014 que definiu procedimentos, a serem observados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, para impedir ou dificultar a busca de nome de empregados nas bases de processos dos Tribunais, com o fim de elaboração de “listas sujas”.

A Secretaria de TIC do CSJT também definiu, por meio do Ato n.º 342.CSJT.GP.SG, de 14 de novembro de 2014, a política de padronização e atualização da infraestrutura tecnológica do Sistema PJe-JT. Essa diretriz está consubstanciada no Guia de Infraestrutura Recomendada (GIR), por meio do qual são definidos os elementos e parâmetros de configuração da infraestrutura que suporta Serviço PJe-JT nos Tribunais, tornando possível conferir maior transparência acerca dos requisitos mínimos indispensáveis ao correto funcionamento do Sistema PJe-JT.

A secretaria colaborou para a conclusão do mapeamento dos macroprocessos da SETIC e concluiu os seguintes projetos: instituição do relatório executivo de chamados registrados na Central Nacional de Atendimento ao PJe-JT, implantação do controle das atividades por meio do software JIRA – Projeto Gestão SETIC, contratação de consultoria para revisão do escritório de projetos da SETIC, contratação de serviços de aconselhamento em TI, publicação do Ato que instituiu a política de padronização e evolução da infraestrutura do Sistema PJe-JT, confecção de relatório executivo de chamados registrados na Central Nacional de Atendimento ao PJe-JT que foi homologado pelo Comitê Gestor Nacional do Sistema PJe-JT, implantação do controle das atividades por meio do software JIRA –Projeto Gestão SETIC, contratação de serviços de aconselhamento em Tecnologia da Informação.

Coordenadora nacional do processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho, desembargadora Ana Paula Lockmann (acima), reunião do Grupo de Parametrização do PJe-JT.

COORDENADORIA TÉCNICA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - CTPJE



A Coordenadoria Técnica do Processo Judicial Eletrônico (CTPJE), subordinada à SETIC, é responsável por desenvolver e manter o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, de acordo com as diretrizes determinadas pela sua coordenação nacional.

O PJe-JT é uma versão do Processo Judicial Eletrônico (PJE), adequada para a Justiça do Trabalho.

O PJe constitui-se em um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para a automação do Judiciário. Em 29 de março de 2010, por ocasião da celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 51/2010 entre o CNJ, CSJT e TST, a Justiça do Trabalho aderiu oficialmente ao PJe e, a partir de então, instituiu o Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT), cujo objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais, bem como o acompanhamento desse processo judicial.

Para realizar sua missão, a CTPJe foi estruturada em 5 seções:

- 1 - Seção de Métodos e Padrões do Processo Judicial Eletrônico - SMPAD
- 2 - Seção de Desenvolvimento - SDES
- 3 - Seção de Gestão do Produto Processo Judicial Eletrônico - SGPROD
- 4 - Seção de Gestão do Serviço Processo Judicial Eletrônico - SGSERV
- 5 - Seção de Infraestrutura Tecnológica do PJe-SITEC

No período de 2014, a CTPJE realizou a:

1. Implantação do novo processo de desenvolvimento com base na Metodologia Ágil de Desenvolvimento e Kanban
2. Implementação no PJe-JT de funcionalidades de acessibilidade para pessoas com deficiência
3. Realização de Força-Tarefa para melhoria de performance do PJe-JT

4. Transformação de demandas do PJe em projetos. O tratamento de demandas por meio de Projetos incita as boas práticas de governança e atende às normas:

- Ato CSJT.GP.SE n.º 133/2009 – Gestão do portfólio de TIC da Justiça do Trabalho
- Resolução CSJT n.º 69/2010 – Instituição do Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho
- Ato CSJT.GP.SE n.º 116/2010 – Instituição da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do CSJT
- Ato CSJT.GP.SG n.º 138/2012 – Instituição do escritório de projetos do CSJT
- Ato CSJT.GP.SG n.º 44/2013 – Dispõe sobre a política de concepção, manutenção e gestão de sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
- Resolução CNJ n.º 182/2013 – Diretrizes para contratação de solução de TIC
- Resolução CSJT.GP.SG n.º 136/2014 – Instituição do Sistema PJe-JT
- Ato CSJT.GP.SG n.º 254/2014 – Reestruturação da área de TI do CSJT





Equipe do PJe-JT 2014

Projeto PJe-JT

A CTPJE é responsável por desenvolver e manter o PJe-JT, conforme exposto no primeiro item deste relatório.

No decorrer do ano de 2014, foram lançadas várias versões do PJe-JT, com ênfase em estabilidade, correção de defeitos e melhoria de performance do sistema:

• **Versão 1.4.8.0** – liberada inicialmente em novembro de 2013. Devido às correções realizadas, esta versão foi liberada efetivamente a partir de janeiro de 2014, com as seguintes novidades:

- diversos itens de usabilidade
- múltiplos papéis
- consulta Processual via login/senha
- itens de segurança: Acesso ao PJe via HTTPs. Removidas diversas vulnerabilidades
- compatibilização dos fluxos nas bases dos regionais
- cadastro de processos em liquidação e execução (CLE); Cadastro de Bens e penhoras
- petições via anexo de PDF-A
- criação de expedientes
- localizar processo na caixa reformulado
- consulta processual na página inicial
- acionamento da tarefa a partir do hyperlink do processo

- identificador único de documentos quando da remessa/baixa de processo entre instâncias judiciárias
- consulta de expedientes realizados em outras instâncias
- petições não apreciadas
- publicação em lote no DEJT
- publicação de pauta no DEJT
- revisor de processo
- ordenação correta de petições e anexos
- integração com as instituições financeiras
- fluxo de arquivamento redesenhado
- intimação automática
- central de mandados
- melhorias nas funcionalidades de sigredo de justiça e sigilo de documentos
- disponibilização das bases paradigma das versões 1.4.8 e 1.4.7.4
- comparador automático de fluxo
- controle de prazo em liquidação e execução
- nova forma de conclusão ao magistrado
- 415 issues envolvidas nesta versão.

- **Versão 1.4.8.1** - liberada em maio de 2014, com as seguintes implementações:
 - Criado o tipo de comunicação “Acórdão DEJT”
 - Criada a classe processual: ROPS - Recurso ordinário em Procedimento Sumaríssimo
 - Correções no cálculo de prazos de expedientes eletrônico
 - Correção na publicação de expedientes via DEJT (Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho)

- **Versão 1.4.8.2** – liberada em Julho / Agosto de 2014, com os seguintes novos dados:

- Melhorias de usabilidade na tela de sessão de julgamento (PJeJT-14)
- Julgamento de Processos com divergência em bloco (PJeJT-24)
- Encaminhamento de processo protocolados com a classe “Execução Provisória em Autos Suplementares” (ExProvAS) para a fase de liquidação (PJeJT-60)
- Encaminhamento automático de processos para as caixas dos magistrados nas tarefas de assinatura (PJeJT-18)
- Identificação do Revisor nas tarefas de Revisão de Voto (PJeJT-21)
- Manutenção da ordem das partes e advogado do processo na publicação de pauta do DeJT

- **Versão 1.4.8.3 rc** - encontra-se em homologação pelos Tribunais Regionais desde 29 de Setembro de 2014:

- Adequação do módulo de segurança da informação
- Correções diversas a partir de incidentes relatados
- Melhorias de performance

Ao final da homologação será formalizado um documento com a apresentação das novas funcionalidades que serão colocadas em produção na referida versão.



COORDENADORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGGOV

A Coordenadoria de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação (CGGOV), subordinada à SETIC, é responsável pela gestão o Portfólio de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, mediante a coordenação dos projetos, serviços, sistemas e infraestrutura a ele vinculados. Também promove e coordena as atividades necessárias à elaboração da proposta de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do CSJT e da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. De acordo com o Ato nº 254/CSJT.GP.SG, de 10 de setembro de 2014, a Coordenadoria de Projetos Nacionais do CSJT passou a ser denominada Coordenadoria de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação (CGGOV).

Seção de Planejamento e Projetos

A seção participou do seminário “Diálogo Público – Governança de Tecnologia da Informação: Controle Externo em Ação”, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 8/5/2014, no TST, com o objetivo de apresentar o questionário a ser utilizado no levantamento de governança de TI 2014 e as ações que o TCU tem desenvolvido para induzir a melhoria da governança na Administração Pública Federal.



Seção de Infraestrutura Tecnológica

Para o controle de descentralizações de recursos orçamentários para aquisição de ações relativas à infraestrutura de tecnológica da Justiça do Trabalho foram realizadas análises dos documentos de demandas orçamentárias - DDO provenientes dos TRTs, verificação dos pedidos em confronto com o Ato 43/2013 e dos equipamentos fornecidos pelo CSJT ainda em garantia, confecção da documentação para a efetivação da descentralização e posterior verificação da utilização correta dos valores transferidos:

Ações Descentralizadas:

- Notebooks (P.502.569/2014)

Valor Total: R\$13.094.710,00

- Storages (P.502.523/2014)

Valor Total: R\$ 10.157.581,04

- Solução Backup/TSM (P.502.565/2014)

Valor Total: R\$1.945.388,50

- Solução de Virtualização/VMWare (P.503.346/2014)

Valor Total: R\$5.211.060,80;

- Scanners (P.504.088/2014)

Valor Total: R\$ 143.276,00



O controle de descentralizações de recursos orçamentários para aquisição de Salas - Cofres dos Tribunais Regionais do Trabalho teve os seguintes resultados:

- TRT da 6ª Região – Recife/PE (P.500.975/2014)

Valor de R\$ 3.704.906,00

- TRT da 15ª Região – Campinas/SP (P.504.332/2014)

Valor de R\$ 8.850.000,00

O controle de descentralização de recursos orçamentários para serviços de suporte técnico e garantia de versões do Banco de Dados Oracle para a JT, (P.504.790/2013) resultou no valor de R\$3.235.683,11, correspondente ao valor de 01/01/2014 até o final do contrato (1ª prorrogação).

Foi executada análise dos Documentos de Oficialização de Demandas (DOD's) encaminhados pelos Tribunais Regionais do Trabalho e aprovados pelo CGTIC/JT como demandas nacionais para posterior encaminhamento de questionamento aos Regionais visando interesse dos mesmos em serem responsáveis pela condução de futura licitação.

Coube a coordenadoria a criação e supervisão de Grupos de Trabalhos responsáveis pelo planejamento das contratações referentes às demandas nacionais anteriormente aprovadas pelo CGTIC-JT:

- grupo de Trabalho de Banco de Dados do PJe-JT (gt_BD.PJe)

- grupo de Trabalho de Business Intelligence (gt_BI)

- grupos de Trabalho de Aplicação de Servidor JBoss (gt_JBoss)

- grupo de Trabalho de Monitoramento do PJe-JT (gt_Monitoramento.PJe)

- grupo de Trabalho de Sistema Operacional do PJe-JT (gt/SO.PJe)

A área supervisionou o Comitê de Infraestrutura Tecnológica da JT (ct_Infra), forneceu atendimento diário das áreas de Tecnologia da Informação dos Tribunais Regionais do Trabalho em relação às dúvidas e esclarecimentos das ações de infraestruturas, fiscalizou os contratos das aquisições centralizadas em garantia e/ou de contratações de serviços e/ou suporte técnico em período de vigência.

Seção de Serviços e Sistemas Nacionais

A seção realizou o controle de descentralizações de recursos orçamentários para aquisição de ações relativas a serviços e sistemas nacionais da Justiça do Trabalho. Para tanto, foram realizadas análises dos documentos de demandas orçamentárias (DDOs) provenientes dos TRTs, verificação dos pedidos em confronto com o Ato 43/2013, confecção da documentação para a efetivação da descentralização e posterior verificação da utilização correta dos valores transferidos, foram elas:

- Ações Descentralizadas:
 - . Rede-JT (P.500.112/2014)
Valor Total: R\$ 13.488.003,48;
 - . Filtro de Conteúdo Web (P.500.115/2014)
Valor Total: R\$ 3.661.935,44

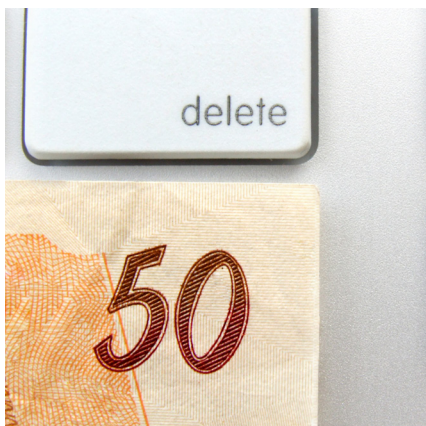
Foi executada a análise dos Documentos de Oficialização de Demandas (DOD's) encaminhados pelos Tribunais Regionais do Trabalho e aprovados pelo CGTIC/JT, como demandas nacionais para posterior encaminhamento de questionamento aos Regionais, visando interesse dos mesmos, em serem responsáveis pela condução de futura licitação.

A seção criou e supervisionou os grupos de trabalhos responsáveis pelo planejamento das contratações, referentes às demandas nacionais, anteriormente aprovadas pelo CGTIC/JT:

- Grupo de Trabalho destinado a conduzir as ações necessárias ao planejamento e obtenção de solução de tecnologia da informação e comunicações, para o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira, no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho (gtOrçamentoFinançasJT).

Acompanhou as atividades dos seguintes comitês e grupos de trabalho:

- Comitê Gestor do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (cgDEJT)
- Comitê Gestor do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (cgeDOC)
- Comitê gestor do Sistema Malote Digital (cgMalote)
- Comitê Técnico Temático de Engenharia de Software (ctEngSoft)



Seção de Governança

A seção realizou a verificação do andamento dos projetos sob a responsabilidade de gerência da SGOV e a revisão semanal do cronograma de plano de trabalho diário da SGOV.



Coordenadoria de Controle e Auditoria



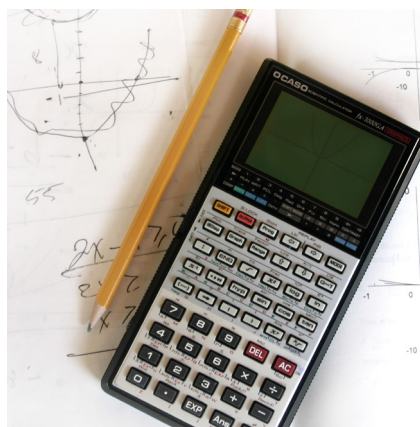
A Coordenadoria de Controle e Auditoria (CCAUD), como unidade integrante da estrutura da Secretaria-Geral do CSJT e em auxílio direto ao CSJT, é responsável pela realização de ações de controle, que compreendem:

- 1º.** Realização de auditorias (*in loco* ou sistêmicas), ações coordenadas de auditoria e monitoramentos de decisões do CSJT, que se caracterizam por avaliar temas específicos dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus;
- 2º.** Análises de projetos de obras públicas dos Tribunais Regionais do Trabalho, especialmente a adequação aos termos da Resolução CSJT n.º 70/2010, o que inclui, especialmente, o exame da razoabilidade dos custos previstos;
- 3º.** Emissão de pareceres técnicos em temas afetos ao controle, quando requeridos pela Presidência ou quaisquer dos membros do CSJT.

As auditorias, ações coordenadas e monitoramentos de auditoria, mencionados no primeiro tópico, são executados de acordo com o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), que para o quadriênio 2014-2017, estão autorizados pelo Ato CSJT.GP.SG n.º 228/204 e serão executados em planos anuais, materializado no denominado Plano Anual de Auditoria (PAA) do Conselho Superior de Justiça do Trabalho.

Para o corrente exercício, o Plano Anual de Auditoria foi autorizado por meio do Ato CSJT.GP.SG n.º 103, de 21/3/2014, alterado pelo Ato CSJT.GP.SG n.º 229, de 15/8/2014. Contudo, cumpre destacar que, eventualmente, ao longo do exercício, se surgir a necessidade de realização de ações de controle específicas, não previstas originalmente no plano anual, estas serão realizadas em caráter extraordinário.

As ações de controle relativas às análises de obras, mencionadas no segundo tópico, buscam alcançar o exame das medidas de planejamento prévio para execução de projetos de construção com dotação alocada na Lei Orçamentária Anual (LOA) que para o exercício de 2014 prevê 47 projetos.



Ações de Controle Contempladas no Plano Anual de Auditoria do CSJT

O Plano Anual de Auditoria do CSJT para o exercício 2014 prevê cinco grupos de ações de controle:

- I. Auditorias *in loco*
- II. Auditorias sistêmicas
- III. Ações coordenadas de auditoria
- IV. Monitoramento de acordos do CSJT decorrentes de auditoria e
- V. Monitoramento de acordos do CSJT decorrentes de análises de obras

A tabela a seguir apresenta de forma consolidada os volumes de recursos fiscalizados e os benefícios quantitativos apurados até 30/9/2014 para cada tipo de ação de controle já desenvolvida.

AÇÕES DE CONTROLE		QUANT.	VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS	BENEFÍCIO QUANTITATIVO APURADO
Auditorias	Sistêmicas	3	30.070.237,03	13.930.729,83
	"in loco"	4	101.329.126,04	3.766.600,87
Pareceres Técnicos	de Obras Públicas	24	463.333.375,56	193.793.426,17
Ações Coordenadas de Auditoria com CNJ		3	22.827.456,93	--
Total		34	617.560.195,56	211.490.756,87

Auditorias *in loco*

Eis as auditorias *in loco* previstas:

	NÍVEL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO	ÁREA DE EXAME	ESCOPO
AUDITORIA NO TRT DA 11ª REGIÃO Período: <i>de 7 a 11 de abril</i>	Concluída. O Relatório de Auditoria foi distribuído para deliberação do Plenário do CSJT mediante processo CSJT-A-5754-10.2014.5.90.0000	Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none">• Concessão e vantagens de férias• Quintos/décimos (VPNI)• Retenção de imposto de renda na fonte
AUDITORIA NO TRT DA 2ª REGIÃO Período: <i>de 7 a 11 de abril</i>	Concluída. O Relatório de Auditoria foi distribuído para deliberação do Plenário do CSJT mediante processo CSJT-A-5753-25.2014.5.90.0000	Gestão de Tecnologia da Informação; Gestão Patrimonial; Diárias e Ajuda de Custo; Descentralização de Recursos do CSJT.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a regularidade das contratações de bens e serviços, a efetividade das contratações realizadas com recursos descentralizados pelo CSJT e a conformidade no que diz respeito à governança, gestão de projetos, gestão de processos e segurança da informação• Verificar o grau de aderência do Tribunal às decisões e normas editadas pelo CSJT; a aferição da regularidade na aplicação dos recursos descentralizados pelo CSJT; a gestão patrimonial do órgão; o exame da conformidade das licitações e contratos com ênfase nas contratações realizadas, mediante o sistema de registro de preços; além da análise dos processos relacionados à concessão de diárias e passagens, bem como os referentes à concessão de ajuda de custo pelo órgão.

MONTANTE DE RECURSOS FISCALIZADOS	PRINCIPAIS INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS	BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE
R\$ 28.535.020,20	<ul style="list-style-type: none"> • Parcelamento indevido da devolução da antecipação da remuneração de férias de servidor • Erro no cálculo da indenização de férias • Irregularidade no pagamento de indenização de transporte a servidores • Indevida concessão de isenção do desconto de imposto de renda retido na fonte sobre o valor pago a título de adicional de férias de magistrados e servidores • Inconsistência em informações cadastrais alusivas à incorporação de parcelas de quintos/décimos • Inconsistência na apuração do quantitativo de cargos efetivos do quadro de pessoal do Órgão 	<ul style="list-style-type: none"> • Retorno aos cofres públicos de valores na ordem de R\$ 3.766.600,87, referentes a imposto de renda • Aprimoramento da gestão mediante a adoção de práticas adequadas com a legislação e jurisprudência pátrias, que têm a capacidade de propiciar, como consequência, a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, bem como a preservação do erário decorrente das correções propostas
R\$ 27.342.918,84	<ul style="list-style-type: none"> • Falhas nos processos que suportam a governança da TI com impacto direto no desempenho dos serviços prestados aos usuários internos e externos • Falhas identificadas no processo de contratação de soluções TI que podem implicar investimentos antieconômicos e/ou que não atendem aos objetivos estratégicos do Órgão • Falhas no sistema de controle e movimentação patrimonial do órgão • Não oferecimento ao TRT, pela contratada, de condições pactuadas em contrato • Ausência de identificação do Órgão nos veículos oficiais de serviço • Ausência de comprovação da atividade desempenhada referente ao período custeado por diárias; e • Ausência de documentos para referendar os valores tomados como base para o cálculo da ajuda de custo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da gestão de TI mediante o aperfeiçoamento dos processos que impactam diretamente a qualidade dos serviços prestados; • Aprimoramento do processo de contratação de soluções de TI, assegurando maior eficiência e economicidade dessas contratações; • Aperfeiçoamento da gestão patrimonial e de veículos; • Racionalização dos custos das contratações realizadas pelo Órgão; • Melhoria na gestão dos recursos descentralizados pelo CSJT para execução de projetos da Justiça do Trabalho destinados ao Tribunal; • Melhorias na gestão e controles internos de processos afetos à concessão de ajuda de custo e diárias, em especial quanto ao atendimento às Resoluções do CSJT n.os 112/2012 e 124/2013; • Transparência dos dados oficiais do órgão divulgados na internet; • Procedimentos de cessão de áreas e administração de depósitos judiciais em consonância com a Resolução CSJT n.º 87/2011.



	NÍVEL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO	ÁREA DE EXAME	ESCOPO
<p>AUDITORIA NO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>Período: de 26 a 30 de maio</p>	<p>Em andamento.</p> <p>Enviado Relatório de Fatos Apurados ao TRT da 13ª Região em 13/8/2014 (prazo para manifestação do TRT foi prorrogado até o dia 13/10/2014).</p>	<p>Gestão de Obras e Licitações e Contratos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a regularidade dos seguintes itens quanto à construção da primeira etapa do Fórum Trabalhista de João Pessoa (PB): a designação dos fiscais da obra; a capacidade do órgão de promover o adequado acompanhamento da execução da obra e serviços de engenharia; a manutenção de engenheiro residente no local da obra; a adequação dos projetos básico e executivo e do orçamento (contratado) à execução da obra; a compatibilidade entre a execução da obra, o cronograma físico-financeiro e o recebimento provisório da primeira etapa.
<p>AUDITORIA NO TRT DA 5ª REGIÃO</p> <p>Período: de 25 a 29 de agosto</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Gestão de Obras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Obra de construção da nova sede do TRT da 5ª Região, monitoramento do Acórdão CSJT-A 161-68.2012.5.90.000
<p>AUDITORIA NO TRT DA 1ª REGIÃO</p> <p>Período: de 1º a 5 de setembro</p>	<p>Em andamento.</p> <p>Enviado Relatório de Fatos Apurados ao TRT com data para manifestação até 10/11/2014</p>	<p>Gestão de Tecnologia da Informação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a regularidade das contratações de bens e serviços, a efetividade das contratações realizadas com recursos descentralizados pelo CSJT e a conformidade dos procedimentos às boas práticas de governança, gestão de projetos, gestão de processos e segurança da informação

MONTANTE DE RECURSOS FISCALIZADOS:	PRINCIPAIS INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS	BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE
<p>R\$ 11.323.214,45</p> <p>(Conforme Contrato n.º 37/2009, Termos Aditivos n.º 01/2010, 01/2012 e 01/2014).</p>	<p>Ação em andamento</p>	<p>Ação em andamento</p>
<p>R\$ 365.000.000,00</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falhas na formalização do aditivo com a CEF baseado no laudo financeiro feito pela empresa de consultoria Fraga & Associados Ltda (desequilíbrio econômico-financeiro contratual) • Falta da aprovação do projeto de construção da nova sede do TRT pelo Corpo de Bombeiros Militar 	<ul style="list-style-type: none"> • Restabelecimento de condições razoáveis e justas no contrato para administração de depósitos judiciais • Execução do remanescente da obra em obediência às diretrizes municipais, estaduais e federais relacionadas às questões técnicas de construção e edificação
<p>R\$ 34.127.945,55</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falhas nos processos que suportam a governança da TI com impacto direto no desempenho dos serviços prestados aos usuários internos e externos • Inexistência de processo de contratação de soluções TI que pode implicar em investimentos antieconômicos e/ou que não atendem aos objetivos estratégicos do Órgão • Falhas no planejamento da aquisição de equipamentos em decorrência de sua não utilização, o que corresponde ao investimento de R\$ 1.011.839,28 sem o alcance dos resultados esperados 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da gestão de TI mediante o aperfeiçoamento dos processos que impactam diretamente a qualidade dos serviços prestados • Estabelecimento do processo de contratação de soluções de TI, assegurando maior eficiência e economicidade dessas contratações • Aprimoramento no planejamento das contratações, em especial no tocante à efetiva utilização dos bens/serviços contratados



Auditorias Sistêmicas

Eis as auditorias sistêmicas previstas:

	NÍVEL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO	ESCOPO	MONTANTE DE RECURSOS FISCALIZADOS
RESSARCIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES AO MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO Período: <i>Junho a Agosto</i>	Concluída. O Relatório de Auditoria foi distribuído para deliberação do Plenário do CSJT mediante processo CSJT-A-8304-75.2014.5.90.0000	Montantes dos descontos mensais de contribuição para o Montepio Civil da União, a serem restituídos aos respectivos beneficiários, no âmbito do Judiciário do Trabalho de 1º e 2º graus	R\$ 30.070.237,03
INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS A MAGISTRADOS Período: <i>Setembro a Novembro</i>	Em andamento. Encontra-se aprovada a Matriz de Planejamento de Auditoria, foram requeridas as informações dos Tribunais Regionais do Trabalho. A auditoria se encontra em fase de análise dessas informações obtidas	Conversão em pecúnia dos períodos de férias a Magistrados do Judiciário do Trabalho de 1º e 2º graus	Em apuração
GASTOS COM DIÁRIAS E PASSAGENS PJE/JT Período: <i>Setembro a Novembro</i>	Não iniciada	Monitoramento das deliberações emanadas no Relatório de Auditoria, de 28/5/2013, realizada nos recursos descentralizados pelo CSJT para o custeio de diárias e passagens de colaboradores que desenvolvem o PJe/JT	---

PRINCIPAIS INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS	BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de informação no sistema de folha de pessoal de valores de contribuição ao Montepio Civil da União • Ausência de documentos comprovantes de inscrição e de desvinculação de magistrados ao instituto Montepio Civil da União • Ausência de declaração assinada pelo magistrado, assegurando que o crédito a receber não foi nem será ressarcido pela via judicial (conforme art. 7º da Resolução CSJT n.º 61/2010) • Fragilidade do ambiente e das atividades de controle em que se inserem os procedimentos de pagamentos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, notadamente no que se refere à quitação de verbas pretéritas, os denominados passivos trabalhistas 	<p>Benefício quantitativo ao erário da ordem de R\$ 13.930.729,83</p>
<p>Em análise</p>	<p>Em apuração</p>
<p>---</p>	<p>---</p>



Ações Coordenadas de Auditoria

Eis as ações coordenadas de auditoria previstas:

	NÍVEL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO	ESCOPO	MONTANTE DE RECURSOS FISCALIZADOS
<p>AUXÍLIO MORADIA PAGO AOS MAGISTRADOS diligência do TCU</p> <p>Período: <i>Agosto a Setembro</i></p>	<p>Concluída a etapa realizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Relatório da Ação Coordenada de Auditoria foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União para continuidade das análises</p>	<p>Disposições normativas e pagamento de auxílio moradia a magistrados</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS BLADES coordenada pelo CSJT</p> <p>Período: <i>Julho a Outubro</i></p>	<p>Em andamento.</p> <p>Concluída a análise do resultado da aplicação dos testes de auditoria nos 24 TRTs. Encontra-se em elaboração nova RDI solicitando informações complementares aos 16 TRTs nos quais foram identificados possíveis achados</p>	<p>Validar o inventário de equipamentos e softwares vinculados à solução <i>Blade</i>, decorrentes de investimentos do CSJT</p>	<p>R\$ 22.827.456,93</p>
<p>MODELO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE SOLUÇÕES DE TI (Res. CNJ n.º182/2013) coordenada pelo CNJ</p> <p>Período: <i>Outubro a Novembro</i></p>	<p>Em andamento.</p> <p>Encaminhada RDI aos TRTs com orientações para o envio das informações solicitadas pelo CNJ</p>	<p>Verificar o grau de cumprimento da Resolução CNJ n.º182/2013 pelos Tribunais Regionais do Trabalho</p>	<p>Não se aplica</p>

PRINCIPAIS INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS	BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de disposição normativa que preveja a necessidade de se comprovar a efetiva realização da despesa com moradia • Ausência de disposição normativa que exclua da percepção do auxílio moradia os magistrados que sejam proprietários de imóveis residenciais, assim como seu cônjuge ou companheiro, na localidade em que exercem suas funções 	<p>Em apuração pelo Tribunal de Contas da União. O benefício esperado da ação de controle é a regularização e uniformização das disposições normativas relativas ao pagamento de auxílio moradia no âmbito da União</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Não efetivação de uso de equipamentos e/ou licenças adquiridas com investimentos deste Conselho Superior da Justiça do Trabalho em montante correspondente a R\$ 1.157.000,00 para os equipamentos (softwares) e a R\$ 460.123,82 para as licenças, no total de R\$1.617.123,82 	<p>Aperfeiçoamento do processo de planejamento das contratações de TI, bem como da análise de pleitos de descentralização de créditos pelo CSJT.</p>
<p>Ação em andamento</p>	<p>Ação em andamento</p>



Monitoramento de acórdãos decorrentes de auditoria

Eis os monitoramentos de acórdãos decorrentes de auditoria previstos:

ACÓRDÃO	PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO	TRIBUNAL ENVOLVIDO
A-8001-32.2012.5.90.000	19/12/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
A-8164-12.2012.5.90.000	05/10/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
A-1502-32.2012.5.90.000	27/4/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
A-161-68.2012.5.90.000	12/07/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
A-3681-36.2012.5.90.000	08/06/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
A-2801-10.2013.5.90.000	10/06/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA
A-7401-11.2012.5.90.000	30/11/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM
A-1663-42.2012.5.90.000	27/04/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
A-8362-49.2012.5.90.000	28/11/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
A-7701-70.2012.5.90.000	01/03/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE
A-10581-35.2012.5.90.000	17/05/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
A-11902-08.2012.5.90.000	20/09/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI
Cumprdec-5442-68.2013.5.90.000	13/12/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT

ÁREA DE EXAME	NÍVEL DE EXECUÇÃO DO MONITORAMENTO
Gestão de Pessoas, Licitações e Contratos e Gestão de Tecnologia de Informação	Em andamento. Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas e Licitações e contratos	Em andamento. Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas e Licitações e contratos	Em andamento Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Obras e Licitações e Contratos	Em andamento. Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas e Licitações e contratos	Em andamento. Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas, Licitações e Contratos e Gestão de Tecnologia de Informação	Em andamento Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas, Licitações e Contratos e Gestão de Obras	Em andamento Em fase de conclusão do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas e Licitações e contratos	Em andamento. Em fase de elaboração do Relatório de Monitoramento.
Tecnologia da Informação	Em andamento. Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão da Tecnologia da Informação	Em andamento Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão da Tecnologia da Informação	Em andamento Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão da Tecnologia da Informação	Em andamento. Elaboração do Relatório de Monitoramento
Gestão de Pessoas	Concluído. Manifestação apresentada em 10/7/2014



Monitoramento de acórdãos decorrentes de análise de obras

Eis os monitoramentos de acórdãos decorrentes de análise de obras:

PROCESSO	PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO	TRIBUNAL ENVOLVIDO	OBRA EXAMINADA
A-4829-82.2012.5.90.0000	28/09/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS	Construção do Fórum Trabalhista de Erechim (RS)
A-141-43.2013.5.90.0000	12/06/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS	Construção do Fórum Trabalhista de Uruguaiana (RS)
A-10922-61.2012.5.90.0000	30/11/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR	Reforma do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais (PR), do Depósito Judicial, bairro Cajuru, Curitiba (PR) e do Prédio Administrativo do TRT da 9ª Região
A-8862-18.2012.5.90.0000	26/10/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO	Construção da Vara do Trabalho de Valparaíso
A-1661-72.2012.5.90.0000	27/04/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT	Construção das sedes das Varas do Trabalho de Nova Mutum (MT), Peixoto de Azevedo, Confresa e Juara
A-3161-76.2012.5.90.0000	30/11/2012	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT	Construção das Varas do Trabalho de Campo Novo do Parecis (MT), Sapezal (MT), Alto Araguaia(MT), Colniza (MT) e ampliação do Fórum Trabalhista de Sinop (MT).
A-1761-90.2013.5.90.0000	05/04/2013	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT	Construção dos Postos Avançados Trabalhistas das cidades de Campo Verde e Querência

NÍVEL DE EXECUÇÃO DO MONITORAMENTO	MONTANTE DE RECURSOS FISCALIZADOS
Concluído	R\$ 6.677.375,19 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)
Concluído	R\$ 5.401.247,69 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)
Em andamento. Foi enviada Requisição de Documentos e Informações (RDI) n.º 33/2013 tendo sido respondida pelo Tribunal Regional em 27/11/2013. A documentação encaminhada está em análise para emissão de parecer.	R\$ 5.520.062,26 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)
Em andamento. Foi enviada Requisição de Documentos e Informações (RDI) n.º 92/2014 tendo sido respondida pelo Tribunal Regional em 07/10/2014. A documentação encaminhada está em análise para emissão de parecer.	R\$ 1.678.590,53 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)
Em andamento. Foi enviada Requisição de Documentos e Informações (RDI) n.º 38/2013 tendo sido respondida pelo Tribunal Regional em 09/12/2013. A documentação encaminhada está em análise para emissão de parecer.	R\$ 2.056.302,88 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)
Concluído	R\$ 2.294.604,25 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)
Em andamento. Foi enviada Requisição de Documentos e Informações (RDI) n.º 38/2013 tendo sido respondida pelo Tribunal Regional em 09/12/2013. A documentação encaminhada está em análise para emissão de parecer.	R\$ 742.000,00 (Conforme orçamento autorizado pelo CSJT)





Ações de Controle Referentes a Análises de Projetos de Obras Públicas

Por força dos comandos da Resolução CSJT n.º 70/2010, que disciplina a realização de obras na Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau, esta Coordenadoria faz o exame dos projetos das obras que os Tribunais Regionais do Trabalho intentam executar.

Os pareceres emitidos por esta Coordenadoria são submetidos ao Plenário do CSJT para deliberação quanto à aprovação ou não dos projetos de obra.



As análises e proposições contidas nos pareceres técnicos emitidos pela CCAUD referentes aos projetos das obras da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau buscam os seguintes resultados:

Benefícios:

- Estabelecer planejamento eficaz para a execução das obras;
- Economia de recursos públicos;
- Obtenção de instalações modernas e apropriadas à prestação jurisdicional trabalhista;
- Transparência na gestão, no que tange à publicação dos dados da obra no sítio eletrônico dos Tribunais Regionais.

Nesse contexto, até 30 de setembro de 2014, foram analisados os projetos de obra descritos:

PROJETO	NÍVEL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO	POSICIONAMENTO DA CCAUD/CSJT
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Bataguassu (TRT da 24ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de Ampliação do Fórum Trabalhista de São Leopoldo (TRT da 4ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Quirinópolis (TRT da 18ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção do Fórum Trabalhista de Itumbiara (TRT da 18ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Brumado (TRT da 5ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Arapiraca (TRT da 19ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Coruripe (TRT da 19ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Palmas (TRT da 9ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de ampliação e reforma do Fórum Trabalhista de Lajeado (TRT da 4ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Santo Ângelo (TRT da 4ª Região)	Concluída	Pela não aprovação
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Almenara (TRT da 3ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de reforma do Fórum Trabalhista Autran Nunes (TRT da 7ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Inhumas (TRT da 18ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Porangatu (TRT da 18ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção do Fórum Trabalhista de Poços de Caldas (TRT da 3ª Região)	Em análise, aguardando parecer técnico	---
Projeto de construção do Fórum Trabalhista de Belém (TRT da 8ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção do Fórum Trabalhista de Santarém (TRT da 8ª Região)	Concluída	Pela não aprovação
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Ipiáú (TRT da 5ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Paulo Afonso (TRT da 5ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção do Fórum Trabalhista de Sete Lagoas (TRT da 3ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção da Vara do Trabalho de Goiatuba (TRT da 18ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas
Projeto de construção do Fórum Trabalhista de Chapecó (TRT da 12ª Região)	Concluída	Pela aprovação, com ressalvas

MONTANTE DE RECURSOS FISCALIZADOS:	VALOR APROVADO	BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE:
R\$1.018.504,92 (Conforme projeto inicial)	R\$ 901.572,97	Economia de R\$ 116.931,95
R\$ 5.884.793,85	R\$ 5.884.793,85	
R\$ 1.222.122,16	R\$ 1.222.122,16	
R\$ 2.226.224,92	R\$ 2.226.224,92	
R\$ 2.368.698,76 (Conforme projeto inicial)	R\$ 1.752.347,97.	Economia de R\$ 616.350,79
R\$ 998.709,68 (Conforme revisão do projeto)	R\$ 998.709,68	
R\$ 1.223.313,67	R\$ 1.223.313,67	
R\$ 1.389.545,34 (Conforme revisão do projeto)	R\$ 1.389.545,34	
R\$ 3.823.788,93	R\$ 3.823.788,93	
R\$ 2.237.643,34 (Conforme projeto inicial)	R\$ 1.767.909,73	Economia de R\$ 469.733,61
R\$ 1.682.260,17	R\$ 1.682.260,17	
R\$ 8.854.665,21	R\$ 8.854.665,21	
R\$ 1.475.023,82	R\$ 1.475.023,82	
R\$ 1.449.244,90	R\$ 1.449.244,90	
R\$ 4.606.082,61		
R\$ 44.719.635,45 (Conforme projeto de ampliação da Sede do TRT da 8ª Região) ¹	R\$ 24.677.861,61 (para abrigar o Fórum Trabalhista de Belém- PA)	Economia de R\$ 20.041.773,84
R\$ 9.219.775,18 (Conforme projeto inicial)	R\$ 4.500.000,00	Economia de R\$ 4.719.775,18
R\$ 1.787.290,88	R\$ 1.787.290,88	
R\$ 1.718.261,24	R\$ 1.718.261,24	
R\$ 5.283.901,38	R\$ 5.283.901,38	
R\$ 1.382.095,24	R\$ 1.382.095,24	
R\$ 7.761.793,91	R\$ 7.761.793,91	

¹Após a análise da CCAUD o Tribunal Regional alterou o projeto e a finalidade para abrigar o Fórum Trabalhista de Belém (PA)



Ações de Controle Referentes à Emissão de Pareceres Técnicos

Além das atividades finalísticas descritas acima, esta Coordenadoria é demandada pela Presidência e pelos demais Conselheiros do CSJT a emitir pareceres em matérias que possuem conexão com a área de controle da gestão, os quais subsidiam a tomada de decisão.

Em 2014, foram emitidos pareceres sobre os seguintes temas:

	Contratação de locação de imóvel “sob medida” para o edifício-sede das varas do trabalho de Recife (PE)	Contratação de locação de imóvel “sob medida” para o fórum trabalhista de cachoeiro do Itapemirim (ES)
Processo	e-SIJ CSJT-A-14010-39.2014.5.90.0000	PA 502.478/2014-0
Tribunal Regional do Trabalho/UF	TRT 6ª Região/ PE	TRT 17ª Região/ RS
Nível de execução da ação	Concluída, com acórdão proferido nos autos do processo e-SIJ CSJT-A-14010-39.2014.5.90.0000 aguardando publicação.	Emitido parecer técnico por esta CCAUD e encaminhado Ofício CSJT.SG.CCAUD n.º 58/2014 ao TRT da 17ª Região solicitando complementação da documentação enviada para a análise
Posicionamento da CCAUD/CSJT	Concluiu-se que não há vantagem econômica para a Administração Pública no que tange à contratação “sob medida” (built to suit) ao custo mensal de R\$ 1.950.000,00, e, conseqüentemente, o Tribunal Regional não atendeu às exigências do TCU para tal contratação.	Conclui-se que para finalizar a análise da compatibilidade do custo da locação, se faz necessário que o TRT apresente documentação complementar.
Montante de recursos fiscalizados	R\$ 351.000.000,00 (Considerando o valor mensal para locação de R\$1.950.000,00 por um prazo de 15 anos).	R\$ 826.200,00 (Considerando o valor máximo mensal para locação de R\$13.77,00 por um prazo de 60 meses)
Valor sugerido para o aluguel	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª hipótese: R\$ 1.017.617,44 (Considerando um investimento de R\$ 92.369.422,87, calculado 100% sob medida ou não reaproveitável após o transcorrer do prazo contratual, com base na taxa SELIC, em um prazo de 180 meses); • 2ª hipótese: R\$ 684.155,24 (Considerando um investimento de R\$ 92.369.422,87, calculando a parte que o locador fará uso após o transcorrer do prazo do contrato com um aluguel convencional e a fração não reaproveitável, com base na taxa SELIC). 	---



Ações de Capacitação

Em 2014, visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados, a equipe de servidores da CCAUD participou de vários cursos de capacitação, conforme descrito a seguir:

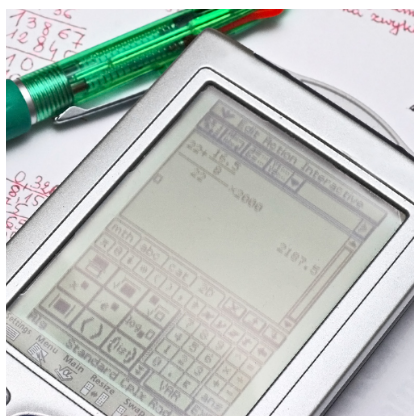
- Auditoria Governamental
- Auditoria em Folha de Pagamento com o Uso da Ferramenta ACL
- Auditoria de Orçamento de Obras Públicas
- Auditoria de Tecnologia da Informação
- Planejamento, Licitação, Contratação, Execução e Fiscalização de Obras Públicas
- Administração de Comunidades Liferay
- Plano de contas aplicado ao Setor Público na Justiça do Trabalho (Novo Siafi)
- Planejamento da Contratação Pública e Fiscalização de Contratos Terceirizados
- Sistema Nacional de Levantamento de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI
- Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência
- Formação de Multiplicadores de Conhecimento
- Lógica e Processo Decisório
- Gestão de Riscos

A realização desses treinamentos teve impacto direto na qualidade e confiabilidade das auditorias realizadas em 2014, visto que os conhecimentos adquiridos puderam ser diretamente aplicados nas atividades desenvolvidas por esta Coordenadoria.

Considerada a carga horária dos cursos realizados e o número de servidores participantes, verifica-se que foram alocadas um total de **806 horas** em treinamento da equipe durante o exercício de 2014.



Coordenadoria de Orçamento e Finanças



A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (CFIN) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho atua como órgão setorial dos sistemas de planejamento, orçamento e administração financeira e contábil, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, e tem a função precípua de acompanhar e participar de todo ciclo orçamentário, financeiro e contábil, destacando-se o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da elaboração, consolidação e análise da Proposta Orçamentária da Justiça do Trabalho.



SETORIAL ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Autorizado para a JT em 2014

A dotação autorizada para a Justiça do Trabalho em 2014 totalizou R\$ 15.423.836.132,00, sendo R\$ 14.948.131.476,00 originários de fonte do Tesouro Nacional e R\$ 475.704.656,00 originários de fonte própria, referente a recursos obtidos por meio de convênios firmados com os bancos oficiais.

A dotação orçamentária na importância de R\$ 14.948.131.476,00 foi dividida em quatro categorias principais: Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios Assistenciais, Atividades e Projetos, na forma abaixo indicada:

CATEGORIA	TOTAL	%
PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 12.448.672.520,00	83,28%
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAS	R\$ 827.802.777,00	5,54%
ATIVIDADES	R\$ 1.398.041.511,00	9,35%
PROJETOS	R\$ 273.614.668,00	1,83%
SALDO FINAL DISPONÍVEL	R\$ 14.948.131.476,00	100%

Fonte SIAFI GERENCIAL

A parte do orçamento referente aos recursos obtidos por meio de convênios firmados com os bancos oficiais, que constou do orçamento anual dos Tribunais Regionais do Trabalho, para custeio, no montante de R\$ 475.704.656,00, ficou distribuída da seguinte forma: R\$ 255.824.487,00 para atividades administrativas e R\$ 219.880.169,00 para projetos de construção ou aquisição de imóveis.

PROJETOS NACIONAIS

Trata-se de projetos que têm escopo e abrangência nacional, ou seja, visam a atender necessidades de toda a Justiça do Trabalho.

Desde 2013, os recursos orçamentários que financiam tais projetos estão alocados no orçamento do CSJT, na Unidade Orçamentária criada para atender ao Órgão Setorial da Justiça de Trabalho de 1º e 2º graus (UO 15.126), assim como as demais ações que atendem aos Tribunais Regionais do Trabalho. A seguir, encontram-se detalhados os projetos de caráter nacional, consignados na UO do CSJT, com as suas finalidades precípuas:

● **151Y - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (PJe-JT)**

Desenvolvimento e implantação de sistema processual eletrônico de processos judiciais, que contemple todas as atividades essenciais à tramitação dos processos e o intercâmbio de informações entre os diversos ramos do Poder Judiciário, cobrindo, desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente dos autos eletrônicos. Contempla, ainda, a contratação de serviços específicos para apoio à implantação do sistema, bem como capacitação de magistrados e servidores para sua operação.

● **1P66 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Projeto de reforma, adaptação, ampliação, padronização e modernização de instalações prediais de Prédios-Sede de TRTs, Fóruns, Vara trabalhistas e demais estruturas físicas que compõem a Justiça do Trabalho de 1º e de 2º graus.

● **148F - IMPLANTAÇÃO DE VARAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Projeto destinado à construção, reforma, e adaptação de imóveis para a instalação de novas Varas do Trabalho.

● **2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

Foram alocados recursos no CSJT para o pagamento da primeira parcela do auxílio-alimentação devido aos magistrados, conforme dispõe a Resolução nº 133/2011 do Conselho Nacional de Justiça.

PROJETOS REGIONAIS

Além das ações mencionadas anteriormente, estão vinculadas ao Programa 0571 (Prestação Jurisdicional Trabalhista) os projetos regionais pertencentes aos respectivos TRTs, conforme detalhamento:



PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO, composto pela ação:

- **0181** - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – atividade relacionada ao pagamento da folha de servidores aposentados e beneficiários de pensão civil.

PROGRAMA 0909 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS, composto pelas seguintes ações:

- **0C04** - Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo - recursos destinados a atender o anexo V da LOA – pagamento de pessoal ativo.
- **00H7** - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - recursos relativos à contribuição patronal da União para o custeio do Regime de Previdência social dos Servidores Públicos Federais, em decorrência de reestruturação e provimento de cargos, funções e carreiras no âmbito da Justiça do Trabalho.



PROJETOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

No que concerne propriamente à alocação e distribuição de recursos para os projetos em curso na Justiça do Trabalho em 2014, o CSJT priorizou aquelas que apresentavam maior grau de execução física. O quadro seguinte descreve os principais projetos em andamento no exercício de 2014, com a respectiva meta de execução física estimada:

TRTs	AÇÃO	TÍTULO PROJETO	LOA 2014	META FÍSICA
1	1A55	Construção do Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes	4.952.144	26%
1	132I	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Petrópolis - RJ	4.600.000	39%
1	132J	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Resende - RJ	2.000.000	31%
1	132K	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Itaboraí - RJ	500.000	8%
1	132N	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Macaé - RJ	500.000	4%
3	1M97	Construção do Fórum de Pouso Alegre	325.000	65%
3	133I	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte	20.000.000	15%
3	133O	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sete Lagoas - MG	250.000	10%
3	133N	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sabará - MG	200.000	30%
3	7U92	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Almenara - MG	250.000	15%
3	132V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Muriaé	500.000	43%
3	133E	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Montes Claros	1.300.000	22%
3	133Q	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo	500.000	45%
4	134A	Construção Do Edifício Anexo Ao Fórum De São Leopoldo	2.500.000	33%
4	133R	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Uruguaiana-RS	2.000.000	45%
4	133S	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Santo Ângelo-RS	1.500.000	82%
4	133T	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Erechim-RS	2.000.000	25%
4	133U	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão-RS	1.500.000	82%

TRTs	AÇÃO	TÍTULO PROJETO	LOA 2014	META FÍSICA
4	133V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo-RS	1.068.000	58%
4	133X	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja-RS	1.500.000	82%
4	133Y	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Osório-RS	1.068.000	58%
4	14WP	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Vacaria-RS	150.000	7%
4	134A	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo-RS	1.200.000	16%
4	134B	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande-RS	1.000.000	89%
4	151U	Construção do Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista de Caxias do Sul-RS	1.000.000	14%
4	134D	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS	2.000.000	21%
4	134E	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS	150.000	2%
4	134G	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS	2.000.000	66%
4	14KE	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Porto Alegre - RS	2.000.000	3%
5	13HY	Construção do novo Fórum Trabalhista de Itapetinga - BA	454.585	11%
5	134L	Construção do novo Fórum Trabalhista de Brumado - BA	375.000	11%
5	14ZF	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ipiá - BA	1.100.000	30%
5	134J	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulo Afonso - BA	2.050.000	60%
5	134H	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA	174.545.454	55%
6	11A7	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife-PE	1.118.271	4%
7	14QX	Construção do Edifício-Sede do Fórum de Cariri - CE	1.200.000	30%
7	14QX	Construção do Edifício-Sede do Fórum de Cariri - CE	1.000.000	25%
8	1169	Ampliação do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA	4.000.000	12%
8	12DJ	Construção do Edifício-Sede Fórum Trabalhista Parauapebas 8ª Região	2.610.671	21%

TRTs	AÇÃO	TÍTULO PROJETO	LOA 2014	META FÍSICA
8	3725	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Macapá - AP	10.000.000	40%
8	7S02	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Marabá - PA	250.000	3%
8	134X	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santarém - PA	400.000	4%
9	134Y	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ponta Grossa - PR	1.638.882	8%
9	135A	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu - PR	1.500.000	35%
9	7U96	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cascavel - PR	300.000	10%
9	11CM	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais- PR	300.000	20%
9	14R2	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Toledo - PR	1.500.000	58%
9	14R4	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR	600.000	24%
9	14ZH	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porecatu-PR	20.000	1%
10	135B	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho do Gama-DF	1.040.000	32%
10	1M76	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis-TO	237.150	12%
10	7U94	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em Brasília - DF	350.000	8%
10	1M72	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína - TO	500.000	10%
10	1m75	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Guaraí-PR	100.000	3%
11	10WS	Construção Do Fórum Trabalhista De Manaus	7.000.000	12%
11	127M	Restauração Do Edifício Sede Do TRT da 11ª Região	5.000.000	62%
12	11FF	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul	200.000	3%
12	135X	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José	3.000.000	21%
12	135U	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Chapecó	2.000.000	16%
13	10WT	Construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa	3.000.000	18%

TRT	AÇÃO	TÍTULO PROJETO	LOA 2014	META FÍSICA
14	14ZI	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Plácido de Acrelândia - AC	649.000	100%
14	13IT	Construção do Edifício-Sede Fórum do Trabalho Ariquemes-RO	720.000	100%
15	14ZJ	Construção do Edifício-Sede da Vara Trabalhista de Itapetininga - SP	2.500.000	100%
15	7T90	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga - SP	400.000	60%
16	14R8	Construção Edifício-Sede do Fórum Trabalhista De Imperatriz-MA	2.300.000	26%
16	14R9	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barra do Corda - MA	100.000	8%
16	14RA	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pinheiro - MA	1.000.000	50%
16	136H	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bacabal - MA	1.316.106	52%
17	1B51	Construção do Edifício-Sede do TRT 17ª Região	15.000.000	11%
18	1B39	Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	40.000.000	27%
18	136J	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porangatu-GO	1.424.232	100%
18	14ZM	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Inhumas-GO	1.424.232	100%
19	1N02	Construção da Sede do Fórum Trabalhista de Maceió_AL	7.639.965	18%
19	7U91	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Penedo - AL	500.000	30%
20	136k	Construção de Edifício Anexo no Complexo da Justiça do Trabalho da 20ª Região em Aracaju - SE	3.000.000	74%
20	150K	Ampliação do Estacionamento do Complexo do TRT da 20ª Região SE	1.619.457	100%
21	14VZ	Construção de Anexo no Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto	1.200.000	24%
21	136L	Construção da Sede da Escola Judicial do TRT da 21ª Região em Natal - RN	1.200.000	24%
23	7U87	Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cuiabá - MT	300.000	10%
CSJT	1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	85.000.000	397 Inst. Modern.
CSJT	148F	Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	49.000.000	82 VT Implant.
CSJT	151Y	Desenvolvimento e Implantação do Sistema PJe-JT	13.500.000	22 Sist. Implant.
TOTAL			517.196.149	

Proposta Orçamentária de 2015

Entre as atribuições da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (CFIN/CSJT), órgão setorial de programação orçamentária, incluem-se a coordenação, a revisão e a consolidação da proposta orçamentária da Justiça do Trabalho.

Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, observados os limites fixados pela Secretaria de Orçamento Federal, foram adotados os seguintes critérios de distribuição de recursos:

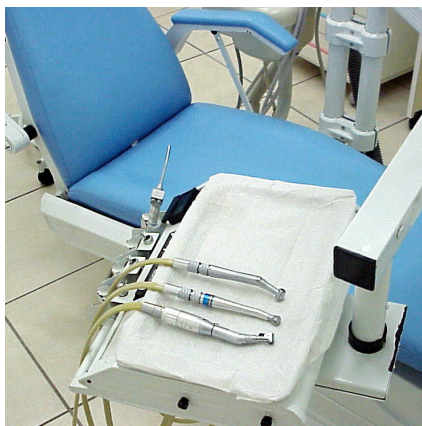
1 - Pessoal: observou a regra prevista no art. 72 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, que consiste no valor da folha normal de março de 2014, projetada para 12 meses, acrescida do 13º salário e do terço constitucional de férias.

Os recursos para a cobertura da terceira parcela dos reajustes de magistrados e de servidores, por orientação da Secretaria de Orçamento Federal, foram alocados no CSJT para remanejamento aos Tribunais Regionais no próximo exercício.

2 - Benefícios: para os benefícios auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, considerou os valores médios por beneficiário de R\$ 710,00 e R\$ 561,00, respectivamente, conforme limites fixados pela SOF/MP.

Em relação ao auxílio-transporte, foram considerados os valores praticados e o quantitativo de beneficiários de cada Tribunal Regional do Trabalho referentes ao mês de março de 2014, conforme previsto no PLDO 2015.

No que concerne à Assistência Médica e Odontológica, a distribuição dos recursos observou o acordo firmado entre os Poderes Executivo e Judiciário para uniformização do valor per capita do benefício (R\$ 215,00 por beneficiário).



3 - Atividades Administrativas: adotaram-se como parâmetro, os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2014, acrescidos de 6,5% referentes à estimativa oficial de inflação do período, mais o percentual de participação de cada Tribunal na estrutura da Justiça do Trabalho. Apurou-se a referida participação com base no número de processos julgados, na área física mantida, no número de servidores e magistrados ativos e no número de Varas do Trabalho.

4 - Projetos: foram priorizadas as ações setoriais de âmbito nacional (Modernização das Instalações Físicas e Implantação de Varas do Trabalho), assim como os projetos de construção em andamento, contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2014.

Após o lançamento das propostas do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, apresenta-se, a seguir, a evolução orçamentária da proposta de 2015 em relação à de 2014:

I - Por tipo de despesa

R\$1,00

DESPESA	PLOA 2014	PROPOSTA 2015	EVOLUÇÃO 2014/2015
PESSOAL	12.444.225.494	13.167.953.261	5,82%
ATIVIDADES ADM.	1.572.902.667	1.742.814.192	10,80%
BENEFÍCIOS	803.076.136	906.448.979	12,87%
PROJETOS*	447.403.149	325.570.895	-27,23%
SOMA	15.267.607.446	16.142.787.327	5,73%

(*) O decréscimo da dotação vinculada aos projetos decorre, na maior parte, da redução de R\$ 100 milhões verificada no projeto de Construção do Ed. Sede do TRT da 5ª Região (obra custeada com recursos de convênio com bancos). O referido decréscimo também repercute nos quadros seguintes.

II - Por Grupo de Natureza de Despesa - GND

R\$1,00

GRUPO NATUREZA DE DESPESA GND	PLOA 2014	PROPOSTA 2015	EVOLUÇÃO 2014/2015
1- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.444.225.494	13.167.953.261	5,82%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.302.042.245	2.517.510.565	9,36%
4 - INVESTIMENTOS	521.339.707	451.851.529	-13,33%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	-	5.471.972	-
TOTAL	15.267.607.446	16.142.787.327	5,73%

III - Por Finalidade dos Gastos

R\$1,00

CONJUNTO DE AÇÕES	FINALIDADE	PLOA 2014	PROPOSTA 2015	EVOLUÇÃO 2014/2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	ATIVOS	8.187.054.053	8.620.338.636	5,29%
	CPSSS	1.499.909.128	1.538.325.773	2,56%
	INATIVOS	2.757.262.313	3.009.288.852	9,14%
	SUBTOTAL	12.444.225.494	13.167.953.261	5,82%
ATIVIDADES	ATIV. ADM.	1.572.902.667	1.742.814.192	10,80%
	BENEFÍCIOS	803.076.136	906.448.979	12,87%
	SUBTOTAL	2.375.978.803	2.649.263.171	11,50%
PROJETOS	NACIONAIS	117.500.000	98.904.400	-15,83%
	OBRAS/AQUISIÇÕES	329.903.149	226.666.495	-31,29%
	SUBTOTAL	447.403.149	325.570.895	-27,23%
TOTAL		15.267.607.446	16.142.787.327	5,73%

Planejamento

• Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

O Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho foi idealizado com o propósito de melhorar a qualidade de atendimento ao jurisdicionado, mediante a realização de reformas, ampliações e adaptações das instalações prediais das Varas do Trabalho e das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho. Tem por objetivo conferir às edificações e instalações da Justiça do Trabalho padronização, sinalização, acessibilidade e conforto, com foco na eficiência operacional.

A distribuição dos recursos aos Tribunais Regionais do Trabalho é realizada após levantamento de prioridades, mediante critérios objetivos fixados pela Presidência do CSJT.

Consoante às informações existentes no PPA 2012-2015 (Fase Quantitativa), o custo total do projeto é de R\$ 138.777.634,00, possibilitando a modernização de 920 instalações físicas.

A dotação orçamentária disponibilizada ao CSJT em 2014 alcançou a cifra de R\$ 85.000.000,00 (com o propósito de modernizar 397 instalações físicas). Do *quantum* alocado no CSJT, R\$ 20.037.294,63 foram descentralizados até setembro de 2014, correspondendo, dessa forma, a 42,86% do total disponível, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO RESUMO DOS RECURSOS DE MODERNIZAÇÃO ATÉ SETEMBRO DE 2014			
GRUPO DE DESPESA (GND)	3	4	TOTAL
DOTAÇÃO INICIAL	42.500.000,00	42.500.000,00	85.000.000,00
DESCENTRALIZAÇÃO AUTORIZADA	40.871.034,00	16.999.027,00	57.870.061,00
MODERNIZAÇÃO DE ARQUIVOS JT	602.287,00	1.397.713,00	2.000.000,00
CRÉDITOS CANCELADOS	-	(25.500.000,00)	(25.500.000,00)
NECESSIDADE DE APORTES	-	370.061,00	370.061,00
SALDO FINAL	1.026.679,00	(1.026.679,00)	-

Com os recursos, os TRTs puderam, em alguns casos, fazer adequações para portadores de necessidades especiais e atender às determinações contidas nas Resoluções n.ºs 54/2008, 63/2010 e 70/2010, que tratam, respectivamente, da uniformização da estrutura administrativa da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, do padrão de mobiliário ergonômico nos Órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e do processo de planejamento, execução e monitoramento de obras no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

• Projeto de Implantação de Varas da Justiça do Trabalho

O Projeto de Implantação de Varas da Justiça do Trabalho, iniciado em 2012 e com previsão de término em dezembro de 2016 (segundo dados do PPA 2012-2016), teve por base legal o artigo 99 da Constituição Federal de 1988 e leis que autorizem a criação de Varas do Trabalho para o presente exercício e teve como meta, em 2014, a implantação de 82 varas. Com dotação autorizada de R\$ 49.000.000,00, para descentralização aos Tribunais Regionais do Trabalho, o projeto teve como objetivo a construção, a reforma e a adaptação de imóveis para a instalação de novas Varas do Trabalho, bem como as instalações de mobiliário e equipamentos necessários e suficientes ao seu pleno funcionamento e tem como produto a quantidade de varas implantadas. O projeto foi essencial como instrumento colaborativo na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), uma vez que possibilitou, por meio do seu escopo, a materialização dos objetivos estruturantes acerca da instalação de novas Varas do Trabalho.

Segundo a legislação em vigor, a meta estabelecida para o projeto, durante o período integral de quatro anos, será a de instalar 248 varas, com o valor total previsto de R\$ 148.800.000,00.

A utilização dos recursos disponibilizados apresenta-se detalhada no quadro a seguir:

QUADRO RESUMO DOS RECURSOS DE IMPLANTAÇÃO DE VT ATÉ SET/2014				
GRUPO DE DESPESA (GND)	3	4	5	TOTAL
DOTAÇÃO INICIAL	19.600.000,00	29.400.000,00	-	49.000.000,00
DESCENTRALIZAÇÃO AUTORIZADA	3.199.726,00	17.093.679,00	4.968.700,00	25.262.105,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR	4.262.461,00	(4.968.700,00)	4.968.700,00	4.262.461,00
CRÉDITO CONTINGENCIADO	7.631.482,00	15.541.157,00	-	23.172.639,00
SALDO FINAL	4.506.331,00	(3.234.836,00)	-	1.271.495,00

• Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT)

As dotações destinadas ao PJe-JT estão sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece os valores a serem alocados nas unidades do Poder Judiciário. Os montantes de recursos alocados nessa ação são definidos por um Comitê que conta com a representação de todos os Órgãos do Judiciário. Sua gestão na Justiça do Trabalho é feita pelo CSJT/ e visa, principalmente, à implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

A utilização dos recursos disponibilizados no projeto em tela possui a seguinte configuração de valores:

QUADRO RESUMO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PJE ATÉ SETEMBRO DE 2014			
GRUPO DE DESPESA (GND)	3	4	TOTAL
DOTAÇÃO INICIAL	9.488.500,00	4.011.500,00	13.500.000,00
PROVISÃO CONCEDIDA	6.700.000,00	-	6.700.000,00
CRÉDITO CONTINGENCIADO	(2.295.000,00)	-	(2.295.000,00)
SALDO FINAL	493.500,00	4.011.500,00	4.505.000,00

SETORIAL FINANCEIRA

A Setorial Financeira da Justiça do Trabalho está dividida em duas seções: Seção de Programação Financeira (SPF) e Seção de Acompanhamento da Execução Contábil da Programação Financeira (SEC).

Objetivos:

- Distribuição do orçamento anual em cotas mensais, para atender aos programas de trabalho.
- Orientar os Tribunais Regionais do Trabalho quanto à execução financeira do orçamento anual.
- Avaliar e consolidar as propostas de programação financeira dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, submetendo-as à aprovação superior, acompanhando a sua execução;
- Executar a liberação de recursos financeiros para as unidades gestoras da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, autorizada pela Presidência, de acordo com a programação financeira aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- Manter a interlocução com os órgãos centrais dos sistemas federais de planejamento, orçamento e finanças, a fim de orientar os gestores dos Tribunais Regionais do Trabalho quanto à aplicação de normas e procedimentos;
- Elaboração do Cronograma de Desembolso Mensal.
- Acompanhar e avaliar de forma permanente o comportamento de ingressos de recursos financeiros e a execução das despesas.
- Remanejamento de recursos financeiros entre fontes do tesouro, assim como fontes de recursos próprios.
- Análise diária da conta contábil Disponibilidade Financeira.
- Alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos casos de créditos adicionais aprovados e publicados, bem como nos casos de contingenciamento de dotações.
- Encaminhar, aos tribunais trabalhistas, orientações acerca da rotina de fechamento do exercício.
- Realizar, mensalmente, a Conformidade Contábil da Setorial Financeira da Justiça do Trabalho.



- Atualização (anual) do Ato de Prazos e Procedimentos, que disciplina as solicitações e distribuições de recursos financeiros no âmbito da Justiça do Trabalho, fixando prazos e delimitando os procedimentos para a solicitação de recursos financeiros por parte dos tribunais trabalhistas.

- **Programação financeira da folha de pagamento:** Entre os dias 15 e 18 de cada mês, o TST e os Tribunais Regionais do Trabalho encaminham a solicitação de recursos financeiros para pagamento da folha normal de pessoal. ACFIN, por meio da Seção de Programação Financeira (SPF), procede à consolidação das informações, encaminha o processo à presidência, solicitando autorização para elaboração da programação financeira, junto ao Tesouro Nacional e posterior distribuição dos recursos aos tribunais trabalhistas. Importante salientar que a folha de cada tribunal não pode variar acima de 1% com relação à folha do mês anterior, nos termos do ato de Prazos e Procedimentos, para a solicitação de recursos financeiros. Quando algum tribunal ultrapassa este percentual, é encaminhada mensagem solicitando justificativa para o aumento. Caso não seja acatada, a folha do tribunal sofrerá corte no percentual que ultrapassar o limite de 1%.

- **Programação financeira de custeio:** Mensalmente é feito o levantamento do duodécimo a que cada tribunal tem direito, necessário ao pagamento das despesas com custeio (contas de água, energia, telefone, etc.).



- **Programação financeira de RPV:** Os tribunais trabalhistas que necessitarem de recursos para pagamento de Requisições de Pequeno Valor tem até o dia 12 de cada mês para a solicitação dos recursos. A SPF procede ao acompanhamento dos saldos orçamentário e financeiro, bem como aos limites de 60 salários mínimos para pagamento de RPV.

- **Programação financeira de Precatórios:** Anualmente, são distribuídos recursos para pagamento de precatórios da administração direta e da administração indireta. A Setorial consolida as solicitações dos tribunais, instrui o processo que é encaminhado à presidência para autorização da distribuição, registra a programação financeira no SIAFI e distribui os recursos aos tribunais solicitantes.

- **Programação financeira de folha suplementar** – Até o dia 25 de cada mês, são aceitos os pedidos de recursos para pagamento de folha suplementar, como também de restos a pagar de pessoal. A distribuição é feita até o último dia útil do mês, após autorização da Presidência do Conselho, registrada em processo próprio.

- **Programação financeira de Restos a Pagar de Projetos**

Os tribunais trabalhistas que possuem recursos financeiros inscritos em restos a pagar relativos a obras de construção solicitam por meio de mensagem eletrônica os recursos necessários para fazer face ao pagamento de despesas inerentes ao projeto. A SPF faz o levantamento dos saldos disponíveis por tribunal e por projeto.



31 de outubro de

	Monto	%
RIAS	6.500,00	0,9520%
	8.053,10	0,9520%
REC	850.000,00	0,9520%
	700.000,00	0,9520%
	314.790,00	0,9520%
	15.000,00	0,9520%
	1.820,00	0,9520%
NERAL	1.113.932,88	0,9520%
	89.400,62	0,9520%
	20.000,00	0,9520%
SUF	50.000,00	0,9520%
ES	150.000,00	0,9520%
	28.900,00	0,9520%

- **Programação financeira de Restos a Pagar de Pessoal**

O prazo e o procedimento são os mesmos adotados para a solicitação de folha suplementar. O tribunal encaminhará solicitação até o dia 25 de cada mês. A SPF faz o levantamento dos valores disponíveis ao tribunal solicitante, instrui o processo e encaminha à presidência com proposta de autorização para liberação dos recursos solicitados.

- **Restituição financeira de receitas:** diariamente, os tribunais solicitam recursos para a restituição de recursos fonte tesouro. Assim, a setorial financeira procede à programação junto à STN do montante necessário à restituição dos valores.

- **Sub-repasses para atender ao cronograma anual de desembolso mensal**

- **Sub-repasses para atender às descentralizações de crédito:** Principalmente nos projetos setoriais, vinculados ao CSJT, como Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, Implantação de Varas da Justiça do Trabalho, além do Desenvolvimento e Implantação do Processo Judicial Eletrônico. Os recursos são descentralizados aos Tribunais Regionais do Trabalho, para fazer face às despesas com os respectivos projetos.

- **Cálculo do impacto para criação de cargos (LRF):** A criação de novos cargos e funções no âmbito da JT obedece, entre outros requisitos, ao levantamento do impacto financeiro nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A SPF procede ao cálculo do impacto, emitindo parecer quanto à viabilidade da criação dos cargos solicitados pelos tribunais. Os pareceres são encaminhados ao CSJT para análise.



SETORIAL CONTÁBIL

As atividades da setorial de contabilidade da Justiça do Trabalho se encontram em consonância com o sistema de contabilidade federal, previsto na Lei 10.180/2001, na qual tem como prerrogativa evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades componentes da Justiça do Trabalho.

Dessa forma, a setorial contábil tem por finalidade supervisionar e acompanhar os registros dos atos e fatos relacionados à administração orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça de 1º e 2º graus e, para o cumprimento de sua missão, exerceu as seguintes atividades:

- 1.** Divulgou orientações normativas e procedimentos pertinentes, com vistas à padronização dos registros contábeis.
- 2.** Analisou os demonstrativos contábeis, com vistas a verificar a ocorrência de valores incoerentes com a atividade-fim, valores irrisórios, saldos invertidos e a permanência de saldos por período superior aos exigidos pela legislação.
- 3.** Conciliou os saldos das Contas Contábeis com o intuito de verificar a ocorrência de saldos alongados em contas transitórias.
- 4.** Conciliou as contas contábeis do Balancete em nível de conta-corrente, com vistas a verificar conta correntes inapropriados ou genéricos.
- 5.** Verificou as ocorrências apontadas na transação CONCONTIR E CONINCONS para posterior comunicação e pedidos de ajustes aos regionais.
- 6.** Extraíu relatório no Siafi Gerencial da execução orçamentária por Ação e Natureza da Despesa Detalhada, com vistas a verificar a ocorrência de despesa em Ação Orçamentária indevida.
- 7.** Extraíu relatórios ou elaborou consultas nos Sistemas Federais disponíveis, com a finalidade de prestar informações gerenciais relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- 8.** Orientou os Tribunais Regionais quanto à elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), de que tratam os art. 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000.

9. Efetuou, trimestralmente, a análise gerencial dos demonstrativos contábeis e elaborou as respectivas notas explicativas (máscaras de análise) e as encaminhou à CCONT/STN, para compor a análise do Balanço Geral da União – BGU (máscaras de análise).

10. Expediu mensagem Siafi informando o registro da conformidade contábil do órgão e dando alerta para a conferência das restrições apontadas para cada UG para possíveis contestações.

11. Efetuou a conformidade contábil do órgão Justiça do Trabalho.

Principais Ações Desenvolvidas pela Setorial

A setorial expediu diversas orientações/solicitações com vistas à melhoria da informação de natureza contábil na Justiça do Trabalho e em atendimentos de normas emanadas pelo CSJT, CNJ, SOF, STN, TCU e/ou outras entidades que tenham o papel normatizador das atividades administrativas no âmbito da União, com destaque para as seguintes:

ORIENTAÇÃO/SOLICITAÇÃO	ASSUNTO
Ofício Circular nº 11/2014	Criação de Unidades Gestoras Responsáveis para as Escolas Judiciais (Resolução CNJ nº 159/2012)
Mensagem CFIN/CSJT Nº 011/2014	Rotina Contábil do FUNPRESP-JUD
Ofício CSJT.GP.SG.CFIN Nº 41 E 42/2014	Baixa de saldo da conta Recursos a Receber proveniente de Convênios (fonte 81)
Mensagem CFIN/CSJT Nº 033/2014	Orientação para Conformidade de Registro de Gestão

Além das ações acima expedidas, a unidade estudou as principais rotinas de contabilização de fatos que, efetivamente implementadas pelos TRTs, conduziriam a contabilidade a padrões internacionais de qualidade nas informações. O estudo encontra-se em fase de revisão e se materializará em uma cartilha de procedimentos para a implantação da chamada Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que visa fornecer informações mais fidedignas do patrimônio público, melhora a transparência do gasto e a prestação de contas à sociedade.

Esta ação está sendo elaborada em consonância com as normas e rotinas estabelecidas pelo órgão central de contabilidade da União (STN), por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), normas internacionais (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards), normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Manual Siafi e demais orientações de órgãos afins.

A referida cartilha visa consolidar em um só instrumento diversos procedimentos e rotinas. Os principais procedimentos de contabilização previstos na cartilha são: Créditos a Receber; Despesas Antecipadas; Depreciação de Bens; Amortização de Software; Contabilização de Passivos Contingentes; Passivos Sem Orçamento; Apuração de Custos; Empenhos em fase de Liquidação; Reconhecimento de Receita por Competência, Sintetização das principais contas prevista no Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Principais Rotinas Contábeis no PCASP.



Projeto Específico: Implementação do Sistema de Custos da Justiça do Trabalho

A legislação orçamentária e financeira brasileira vem, de longa data e de forma sistemática, exigindo a apuração e a gestão de custo no âmbito dos órgãos públicos como principal vetor da implementação da melhoria na qualidade do gasto público e dos princípios constitucionais e administrativos preconizados pela Administração Pública moderna, tais como eficácia, eficiência, transparência, responsabilidade fiscal (accountability), dentre outros.

As principais normas de direito financeiro das quais emanam esse mandamento legal são a Lei n.º 4.320/64 (art. 85 e 99); Decreto Lei n.º 200/67 (art. 79); Decreto n.º 93.879/1986 (art. 137); Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF – art. 50) e Lei n.º 10.180/2001 (art. 15).

Além disso, a presente medida também visa a atender exigência expressa do Tribunal de Contas da União (TCU), cuja orientação para elaboração do relatório de contas de 2014, aplicável a todos os jurisdicionados, já demanda a veiculação de informações de custo (DN TCU 134-2013).

Nesse diapasão, a Administração do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio do Ato.CSJT.GP.SG N.º 398/2013, de 29/10/2013, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de n.º 1344/2013, de 30/10/2013, considerando as idiosincrasias e especificidades da Justiça do Trabalho (JT), que demandam estudos e definição de critérios para integração ao sistema de custos federal, criou um Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Sistema de Custos da JT – GT-CUSTOS, com a incumbência de modelar, desenvolver e implantar o sistema de custos da JT, medida essa, inclusive, que caracteriza iniciativa estratégica insculpida no planejamento estratégico do CSJT, com a meta de implantar um projeto piloto do sistema no TST a partir de junho desse ano, prevendo a replicação e disseminação desse sistema, para os Tribunais Regionais, a partir de janeiro de 2015 e com perspectiva de implantação completa do sistema em toda a JT até 2020.



Durante o exercício de 2014, o GT realizou diversas atividades atinentes ao desempenho de suas funções técnicas, quais sejam:

- 17 a 20/02/2014 - Participação no II módulo do treinamento ministrado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN) sobre o Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC-GOV), realizado na parte da manhã, bem como discutir a modelagem do sistema, envolvendo aspectos como: principais diretrizes, critérios, metodologias e modelo a ser adotado para o sistema de custo da Justiça do Trabalho;
- 28/03/2014 - I reunião do GT com técnicos da STN realizada nas dependências do Ministério da Aeronáutica para apresentar e discutir o modelo de custos a ser adotado para a JT;
- 02/06/2014 - Participação no II Encontro de Gestão de Custos no Setor Público, cujo objetivo geral era “fortalecer a temática de custos como ferramenta de gestão, demonstrar os mecanismos para detalhamento dos custos nos Órgãos Setoriais, bem como apresentar experiências na utilização de informação de custos no âmbito do Governo Federal”;
- 09/06/2014 - Visita do GT ao Ministério da Aeronáutica com a finalidade de conhecer o sistema de custos adotado por aquele órgão e verificar a possibilidade de incorporar alguns conceitos e experiências no Sistema de Custos da JT.

Participações em Eventos

- Entendendo e Utilizando o SIC (Sistema de Informação de Custos do Governo Federal), realizado pela STN
- II Seminário Brasileiro de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, realizado pela ESAF
- Siafi Operacional e Novo Siafi, realizado pela STN
- Contabilidade Avançada - Siafi (Operacional), realizado pela ABOP
- Treinamento SISGRU/Etapa II - Retificação, realizado pela STN
- Curso Business Objects, realizado pelo TST
- Implantação do SISGRU - 02/09/2014 GEARE/CONFIN/STN
- Seminário sobre o Novo Plano de Contas do Setor Público
- Formação de Multiplicadores de Conhecimento
- Formação da Brigada Voluntária do TST
- SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Público
- Excel básico versão 2010 - TST
- Administração de comunidades liferay-CSJT - TST



Eventos Realizados

- Curso para Multiplicadores no Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público na Justiça do Trabalho - Realizado nos dias 29 e 30/09 e 01/10/2014, para treinamento de cerca de 70 servidores de TRTs, para atuarem como disseminadores do conhecimento no âmbito de seus tribunais. O objetivo do curso foi apresentar e discutir as alterações que serão implementadas no Plano de Contas e na Contabilidade Pública a partir de janeiro de 2015, quando serão efetuadas modificações substanciais nos conceitos, estruturas e sistemas de contabilidade utilizados no âmbito da Administração Pública.
- Qualidade da Informação no TRT da 11ª Região no dia 22 de setembro de 2014.

